

Portugal tem recursos para ser “completamente independente” do ponto de vista energético

10 de Maio, 2019

A Agência Internacional da Energia (AIE) apresentou, esta quinta-feira, o relatório “World Energy Outlook 2018”. O Centro de Congressos em Lisboa foi o local onde se reuniram o ministro do Ambiente e da Energia João Pedro Matos Fernandes, o secretário de Estado do Ambiente, João Galamba, e o diretor-executivo da AIE, Faith Birol.

O World Energy Outlook 2018 é um relatório que analisa os padrões futuros do sistema global de energia. Num momento marcado por “grandes transformações” no setor energético a nível mundial, desde a “eletrificação crescente até à expansão de energia renováveis”, passando pelas “revoluções na produção de petróleo e a globalização dos mercados de gás natural”, Faith Birol sublinhou, durante a apresentação, que as “escolhas políticas feitas pelos governos vão determinar o modelo do sistema energéticos do futuro”. O diretor-executivo da AIE salientou ainda que a “procura de energia” deverá crescer, até 2040, “25%, exigindo um investimento de biliões de euros por ano em novas fontes de energia”.



Faith Birol, diretor-executivo da Agência Internacional da Energia

No que toca às “energias renováveis”, Portugal tem desempenhado um papel preponderante, fazendo “conquistas impressionantes e bons resultados”, destacou Birol aos jornalistas, lembrando que, em 2018, “quando as emissões globais aumentaram e só alguns países diminuíram as emissões”, Portugal “registou uma das mais impressionantes diminuições, numa altura em que a economia portuguesa estava num importante crescimento”. Nesta vertente, as discussões com Portugal passam por “trabalhar em conjunto” os planos do Governo para “reduzir as emissões em linha com o crescimento da economia”. Em termos de energia e ambiente, os planos do governo português são um dos motivos para a AIE estar “muito contente” com o desempenho nacional, acrescenta.

Sobre a questão de “serem lançadas várias opções solares em Portugal”, o diretor-executivo considera como uma “boa opção para o futuro. O governo (português) tem um trabalho muito importante pela frente”. O responsável destacou dois itens: “fazer mais uso da energia solar e eólica na economia” e “trazer estes dois tipos de energia (solar e eólica) para o sistema elétrico com peso”. Nesta linha, Birol destaca o papel do governo mas também, e “muito importante”, o papel do regulador que cada vez mais “é desafiante”.

De acordo com o relatório, destaca-se que a elaboração de “políticas certas” e os “incentivos adequados” serão fundamentais para atingir as metas,

garantindo o “fornecimento de energia, reduzir as emissões de carbono, melhorar a qualidade do ar nos centros urbanos e expandir o acesso básico à energia na África e noutros lugares”. A análise da AIE mostra que “mais de 70% dos investimentos globais em energia serão impulsionados pelo governo” Daí a mensagem de Birol: “O destino da energia mundial está nas decisões do governo”.

“Descarbonizar a geração da eletricidade”

“Portugal está mesmo no caminho certo”, diz João Pedro Matos Fernandes. O ministro do Ambiente e da Energia considera a instabilidade que existe em torno dos combustíveis fósseis como sendo “muito grande” e “reclama, cada vez mais, uma maior independência dos países”. Nesse sentido, Portugal optou, nas palavras do responsável pela pasta do Ambiente, pelo “caminho” de “cada vez mais utilizar menos origens fósseis”, sendo que o país “tem os recursos (água, sol e vento) necessários” para, com “investimento” e “tecnologia certa”, poder ser “completamente independente” e ser capaz de, em “2030, ter 80% da eletricidade que consome a ter a sua origem em fontes renováveis”, frisa.



João Galamba, secretário de Estado da Energia

Quem concorda com esta visão é João Galamba, que destacou o compromisso de Portugal através do Roteiro Nacional de Baixo Carbono. O documento, que “está em preparação”, prevê a “redução de emissões em 25%”. Além disso, o secretário de Estado da Energia garantiu na sua intervenção que o nosso país “está na linha da frente na redução das emissões a nível da União Europeia”. No entanto, face à mudança instalada no “mundo energético”, o responsável considera que “é imperativo que as escolhas certas sejam feitas na mudança da economia”, assegurando “uma segurança energética acessível para os negócios e habitações”. Quanto ao facto de Portugal ser “completamente neutro em 2050”, o dirigente destaca a necessidade de “descarbonizar a geração da eletricidade. Temos que duplicar a nossa produção energética”. Nesta linha, Portugal está a trabalhar para “reforçar a produção de energia solar em Portugal” com políticas energéticas consideradas “ambiciosas” mas “estamos seguros de trarão efeitos” positivos, remata.

O ministro do Ambiente também sublinhou o “papel de África”, algo que é relevado por este relatório. Este desenvolvimento vai colocar “pressão sobre o consumo de recursos energéticos”. No entanto, o dirigente sublinha que através das “relações históricas”, Portugal “pode, quer e já está a ter um papel” na ajuda ao continente nesta área, financiada através do fundo ambiental, assegurando o “bem-estar que todos queremos no continente africano”.